


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE IBATÉ**
**FORO DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0000825-36.2014.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**  
 Requerente: **José Antonio Costa**  
 Requerido: **Banco Pecúnia S/A**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de débito c.c reparação por danos materiais e morais c.c pedido de tutela antecipada promovida por **José Antônio Costa** em face de **Banco Pecúnia S/A** sob o fundamento de que o requerido incluiu seu nome em cadastro de inadimplentes por falta de pagamento da parcela vencida em 30 de outubro de 2013 de financiamento que possui junto ao réu. Alega que a parcela havia sido paga com antecedência e que a inclusão é indevida. Requer repetição de indébito em relação ao valor cobrado indevidamente e a condenação do requerido ao pagamento de danos morais no importe de 40 salários mínimos. Pleiteou a concessão de tutela provisória de urgência para a retirada do seu nome dos órgãos SCPC e SERASA. Com a inicial foram juntados os documentos de fls. 08/43.

Concedido o benefício da AJG e deferida a liminar para o cancelamento da inscrição do nome do autor no cadastro de proteção ao crédito (fls. 44).

O requerido foi citado (fls. 58).

Em contestação, aduziu, preliminarmente, falta de interesse de agir por não ter havido resistência à pretensão do autor. No mérito, alegou que houve um equívoco por parte do requerente, que pagou a parcela com vencimento em 30/08/2015 ao invés da parcela que se vencia em 30/10/2013. Asseverou que, como esta última parcela não foi paga, a inserção do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito foi legítima. Por fim, pugnou pela inexistência do dano moral e a pela improcedência da ação (fls. 60/73).

Houve réplica (fls. 93/97).

Tentativa frustrada de conciliar as partes a fl. 101.

Instadas a especificarem as provas, as partes deixaram transcorrer *in albis* seus respectivos prazos (fl. 102).

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

O julgamento antecipado está autorizado pelo artigo 355, I, do Código de Processo Civil, bem assim, diante do desinteresse das partes na produção de provas, direito que declaro precluso.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE IBATÉ**

**FORO DE IBATÉ**

**VARA ÚNICA**

**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não merece acolhimento a preliminar suscitada de ausência de interesse processual, uma vez que o provimento jurisdicional pretendido é útil e necessário para a consecução do alegado direito do autor.

Indefere-se o pedido do autor para que se inclua no polo passivo da ação o SCPC e o SERASA, não só em apreço ao princípio da estabilização subjetiva da lide, mas também porque não se trata de hipótese de litisconsórcio passivo necessário ou unitário.

No mérito, a ação é improcedente.

Os documentos que instruíram a petição inicial não esclarecem os fatos narrados.

Merecem amparo as alegações da ré na medida em que o documento de fl. 40 não comprova o pagamento em da parcela vencida em 30/10/2013 dispondo de código de identificação incompatível com o existente no boleto que integra.

É evidente, portanto, a ocorrência de equívoco do próprio autor, que efetuou o pagamento de parcela diversa daquela que deveria ser paga.

Considerando que a ninguém é dado beneficiar-se da própria torpeza, não há como verificar a inadequação da cobrança, assim como não há falar-se em dano moral indenizável.

Ante o exposto **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos. Revogo, em consequência, a decisão de fl. 44. Sucumbente, arcará o autor com custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 10% do valor da causa, observada a gratuidade concedida.

Interposta apelação, viabilize-se a apresentação de contrarrazões – de recurso adesivo, inclusive e subam os autos à Superior Instância com as cautelas de praxe e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Ibaté, 21 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**